

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 9 | edição nº 3 | 2020

*Democracia após a Primavera
Árabe? Os casos da Tunísia, Egito,
Iêmen e Líbia*

Antônio Alves Tôrres Fernandes;
Amanda Rafaela Domingos de Lima;
Rodrigo Galvão Pinho Lins

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

DEMOCRACIA APÓS A PRIMAVERA ÁRABE? Os casos da Tunísia, Egito, Iêmen e Líbia

Antônio Alves Tôrres Fernandes¹; Amanda Rafaela Domingos de Lima²; Rodrigo Galvão Pinho Lins³

Resumo: Quais os caminhos adotados rumo a democratização pelos países que passaram pela Primavera Árabe e tiveram seus governos depostos? O objetivo do artigo é analisar os índices de democracia eleitoral dos países que tiveram governos depostos pela Primavera Árabe (Tunísia, Egito, Iêmen e Líbia). A hipótese de trabalho sustenta que a quebra de regime destes países levou a um percurso de aumento simultâneo dos direitos civis e políticas. Em outras palavras, a quebra de regime levou a um aumento simultâneo das duas dimensões que levam à Poliarquia: contestação e inclusividade. Para testar essa hipótese, adotou-se uma abordagem quantitativa através de análise descritiva dos índices de democracia, liberdade civil e direitos presentes no *Varieties of Democracy* (V-Dem), no *Freedom House* e os indicadores de contestação e inclusividade presentes no *Quality of Government* (QoG). Os resultados sustentam que apenas Tunísia e Líbia apresentaram uma evolução simultânea de liberdades civis e políticas após 2011 e apenas a Tunísia realizou a transição para um regime democrático.

Palavras-chave: Democratização; Poliarquia; Primavera Árabe.

DEMOCRACY AFTER THE ARAB SPRING? The cases of Tunisia, Egypt, Yemen and Libya

Abstract: What are the paths taken towards democratization by the countries that passed through the Arab Spring and had their governments deposed? The objective of the article is to analyze the electoral democracy indexes of the countries that had governments deposed by the Arab Spring (Tunisia, Egypt, Yemen and Libya). The working hypothesis suggest that the regimes' breakdown in these countries led to a path of simultaneous increase in civil and political rights. In other words, those breakdowns led to a simultaneous increase in the two dimensions that lead to Polyarchy: contestation and inclusiveness. To test this hypothesis, a quantitative approach was adopted through a descriptive analysis of democracy, civil freedom and rights indexes presents in the *Varieties of Democracy* (V-Dem), *Freedom House* and the contestation and inclusiveness indicators present in the *Quality of*

¹ É Cientista Político, Mestre e Doutorando em Ciência Política pela UFPE. É membro do grupo Métodos de Pesquisa em Ciência Política (DCP/UFPE), Coordenador do Métodos em Pauta (iniciativa que busca difundir a discussão sobre método científico em Ciências Sociais no Brasil) e membro da TIER Network (Buscando difundir a transparência e replicabilidade na atividade científica. Email: fernandes.antonio@gmail.com)

² Doutoranda, mestra e bacharela em Ciência Política pelo Programa de pós-graduação em Ciência Política da UFPE. Diretora-fundadora da iniciativa Métodos em Pauta (MeP), catalisadora do Berkeley Initiative for Transparency in the Social Sciences (BITSS, 2019) e membro do Grupo Métodos de Pesquisa em Ciência Política e do Grupo Instituições, Política e Governo, ambos da UFPE. Email: ardlima4@gmail.com

³ Doutor em Ciência Política pela UFPE. Professor de Relações Internacionais do Centro Universitário Estácio do Recife. Bolsista de Produtividade da Estácio Recife (2021-2022). Catalisador do Berkeley Initiative for Transparency in the Social Sciences (BITSS, 2017) e membro do grupo de Métodos de Pesquisa em Ciência Política (MPCP) da UFPE. Email: linsprodrigo@gmail.com

Government (QoG). The results suggest that only Tunisia and Libya showed a simultaneous evolution of civil and political freedoms after 2011 and only Tunisia made the transition into a democratic regime.

Keywords: Democratization, Polyarchy; Arab Spring.

I. INTRODUÇÃO

Durante os protestos da Primavera Árabe em 2011, o mundo assistiu à contestação por mais direitos e liberdades civis em regimes autocráticos consolidados. O mundo árabe parecia estar num caminho que levaria, certamente, à democratização. Apesar da intensidade dos protestos, nem todos foram bem-sucedidos: quatro regimes foram derrubados e nem todos chegaram à democratização. Compreender os mecanismos que levaram à construção de maior inclusividade e contestação nesses países é de extrema importância para entender a construção da democracia no mundo árabe.

É nesse sentido que surge a pergunta de pesquisa do trabalho: quais os caminhos adotados pelos países que tiveram governos depostos durante a Primavera Árabe? O principal objetivo é analisar os países que tiveram governos depostos pela Primavera Árabe (Tunísia, Egito, Iêmen e Líbia) por meio dos índices de democracia eleitoral, direitos políticos e civis. Em outras palavras, busca-se verificar os caminhos pelos quais tais países seguiram em direção (ou não) a uma maior democratização.

Embora a democracia seja considerada como modelo a ser seguido pelos países, principalmente após a primeira metade do século XX, e a sua ampla aceitação entre os diversos grupos políticos (MIGUEL, 2005), a democracia ainda não é uma presença significativa na região do oriente médio e do norte da África⁴. Apesar das décadas de 70 e 80 terem sido palco dos processos de democratização em diversos países, poucas mudanças foram vistas na região do Médio Oriente e Norte da África (MENA), onde se viu, na verdade, uma maior consolidação dos regimes autocráticos e um maior distanciamento do regime democrático.

No final de 2010, iniciou-se uma onda de protestos em massa no oriente médio, que se alastrou para diversos países na região. Esse processo ficou conhecido como Primavera Árabe e foi responsável pela queda dos governos da Tunísia, Egito, Iêmen e Líbia. Além disso,

⁴ Middle East and North Africa (MENA), composto, comumente, pelos seguintes países: Argélia, Bahrein, Egito, Irã, Iraque, Israel, Jordão, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Palestina, Catar, Arábia Saudita, Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos e Iêmen. Para mais informações: <http://www.worldbank.org/en/region/mena>. Acessado em 12 de fevereiro de 2019.

diversos protestos ocorreram em outros países (a exemplo da Argélia, Omã, Sudão, Kuwait, Líbano, Arábia Saudita, Síria, Iraque, Bahrein). O mapa abaixo demonstra a dimensão dos conflitos.

Figura 1. Mapa com os conflitos da Primavera Árabe (em 2011)



Fonte: *The economist*

Desse modo, surge a pergunta de pesquisa: quais os caminhos de democratização adotados pelos países que passaram pela Primavera Árabe e tiveram os seus governos depostos? A hipótese sustenta que esses países seguiram uma mudança concomitante de contestação e inclusão após 2011 (início da Primavera Árabe). Para testar essa hipótese, empregou-se estatística descritiva, com base no banco de dados do *V-DEM* referentes ao índice de democracia eleitoral, liberdades civis e políticas e o índice de contestação e inclusividade de Coppedge, Alvarez e Maldonado (2008) presentes no *Quality of Government* (QOG). O artigo é dividido como segue: a segunda seção traz um breve sumário sobre a Primavera Árabe e o modelo de Poliarquia proposto por Dahl (2005), seguido pela seção de dados e métodos, resultados, limitações do trabalho e conclusão.

II. PRIMAVERA ÁRABE: COMO OCORREU E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A partir da Revolução dos Cravos, em Portugal, no ano de 1974, têm-se início o período de transição de regimes políticos que Huntington (1991) cunhou de Terceira Onda de

democratização⁵. Até meados dos anos 1990, uma série de países que vivam sob regimes autoritários experimentou a transição para regimes democráticos. Isso é especialmente significativo para a América Latina, que viu as ditaduras militares cederem, e para o Leste Europeu, que viu o bloco soviético chegar ao fim. Alguns dos países da África subsaariana também fizeram a transição para regimes democráticos.

No entanto, os efeitos da terceira onda não foram sentidos nos países na região do norte da África e do Oriente Médio⁶ (BÖLME, 2015). Devido a isso, a ideia de estabilidade autocrática acabou por permear o mundo árabe, fazendo com que os diversos problemas presentes nesses países (ex.: desemprego e inflação) acabassem sendo desconsiderados pelos especialistas, sendo levado em conta apenas a questão da ordem mantida por esses regimes por meio do uso da repressão (LIMA, 2014). Conforme pontuado por Karakoç (2015):

Although in the 1970s a number of countries in the Middle East began experiencing some democratic developments, these limited reforms, including relatively free elections in multiparty systems (albeit giving little space for the opposition), failed to change the region's political structure (KARAKOÇ, 2015, p. 1)

Em 2011, o mundo árabe teve graus nunca antes vistos de protestos em massa que balançaram os regimes da região (BELLIN, 2012). E o processo de compreensão do que foi a Primavera Árabe envolve diversos questionamentos. Conforme Henry, Hyang e Parks (2013), trata-se de um fenômeno político de características inter-regionais que ocorreu primeiramente na Tunísia, no final de 2010, e em pouco tempo atingia diversos países do oriente médio.

Entretanto, esse movimento não aconteceu de maneira uniforme entre os Estados, uma vez que diversas características (institucionais, religiosas e culturais) levaram a diversos resultados de acordo com cada país. Com isso, Henry, Hyang e Parks (2013), buscam diferenciar a Primavera Árabe em dois processos temporais distintos: (i) a mudança ou continuidade do regime político vigente e (ii) a transição para um regime democrático. Nesse sentido, é possível afirmar que existem mudanças de regime sem democratização, mas é preciso uma mudança de regime para que se possa pensar em democratização (OTTAWAY, 2008). A Primavera Árabe foi um evento que tomou o mundo de surpresa, uma vez que a primazia analítica dessa região se dava pela continuidade de regimes claramente não democráticos (GAUSE, 2011). Ou seja, a estabilidade autoritária desses países acabou se tornando uma mera

⁵ De acordo com Huntington (1991), a primeira onda de democratização aconteceu entre 1828 e 1926, seguida por uma onda reversa (1922-1942). A segunda onda foi de 1943 a 1962, seguida pela segunda onda reversa (1958-1975).

⁶ Por conter alguns traços de instituições democráticas, esses países não são classificados como autoritários, mas recebem de alguns autores a definição de regimes híbridos (situados entre regimes democráticos e regimes completamente autoritários). É necessário destacar que o processo de conceitualização desses modelos de regimes ainda é fonte de debates. (BÖLME, 2015).

impressão, superestimada a ponto de não termos identificado sinais do colapso que estava por vir (Gause, 2011).

Com início em dezembro de 2010, na Tunísia e, posteriormente no Egito, os protestos da Primavera Árabe mostraram uma forte presença das redes sociais, que acabaram por mobilizar sindicatos, estudantes e a população em geral e contribuíram para uma maior organização da população frente aos governos. Apesar da onda de protestos ter ocorrido nos diversos países do oriente médio, quedas de regime ocorreram apenas na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen. Enquanto na Argélia, Irã e Líbano, poucos protestos foram noticiados (HENRY, HYANG & PARKS, 2013).

Mesmo com as quedas de regime e mudanças profundas na região⁷, apenas a Tunísia parece seguir um caminho de manutenção democrática, enquanto o Egito, por exemplo, voltou a ser um regime autoritário e a Síria enfrenta uma longa e sangrenta guerra civil (ROSE, 2016). Assim, o processo de democratização na região após as revoltas e protestos no mundo árabe acabou não ocorrendo, levando a apenas mudanças de regimes. A eliminação do regime autocrático é apenas um primeiro passo para a democratização, sendo uma condição necessária, mas não suficiente (BELLIN, 2012). Stepan (2012), por exemplo, pontua o sucesso da transição para a democracia na Tunísia devido a uma espécie de tolerância mútua: dos cidadãos religiosos em relação ao Estado (de que o governo eleito pode legislar e que as leis não são divinas) e do Estado em relação aos cidadãos religiosos (envolvendo a liberdade de expressão e de culto).

Até 2011, uma série de países no mundo árabe eram dominados por famílias e líderes autoritários, com por exemplo a Líbia sendo governada por Muammar-al-Qaddafi desde 1969 até o domínio da família al-Saud sobre a Arábia Saudita desde 1932 (GAUSE, 2011), passando pela Tunísia, governada por Zine al-Abidine Ben Ali desde 1987. Mesmo com a terceira onda de democratização, o Oriente Médio continuou sendo dominado em sua quase totalidade por governos não democráticos.

Diversas são as explicações levantadas para a situação não democrática nos países da região: o legado institucional relacionado a história da região, o Islã por não possuir como tradição política os princípios democráticos, a cultura árabe e o patriarcalismo bem como o forte aparato militar (BÖLME, 2015). Dado o pluralismo de correntes, Bölme (2015) divide tais explicações em duas escolas: Uma relacionada a ‘pré-requisitos’, onde a transição de regime deveria ter como aspectos prévios alguns critérios econômicos, culturais ou

⁷ Alguns autores, como Bellin (2012) colocam que os resultados da Primavera Árabe acabaram sendo bem mais modestos do que o esperado. É mencionado que a maioria dos países árabes conseguiram evitar os protestos em massa como no Marrocos, Líbano, Arábia Saudita, Jordão, etc.

institucionais e outra que seria um ‘paradigma de transição’, onde o processo de democratização pode ocorrer envolvendo o regime e opositor independente das condições acima citadas.

Stasavage (2020) lembra que a região não experimenta regimes democráticos ou representativos desde o século 7. O argumento geral do autor é que o sequenciamento histórico importa: a construção de um Estado com corpo burocrático forte antes do desenvolvimento de um sistema político democrático favorece o surgimento de modelos autocráticos. A burocracia bem desenvolvida permitiria ao Estado realizar censo e recolher impostos, diminuindo o incentivo para maior abertura política. Em contrapartida, em locais em que o Estado precisava contar com a colaboração da população, tal necessidade criaria o incentivo para participação popular. O primeiro caso, da herança de um Estado burocrático, seria o mundo islâmico do Oriente Médio. As conquistas islâmicas da região do Iraque ocorreram durante as reformas centralizadoras do Império Sassânida, garantindo que os califados Omíada e Abássida seguissem a alternativa autoritária. O mesmo aconteceu no período da conquista do Egito, que tinha um Estado originado nos Romanos e nos Bizantinos. Além disso, as experiências militares bem-sucedidas fizeram com que o império islâmico crescesse rapidamente, estendendo seus domínios e eliminando a possibilidade de política feita face a face (STASAVAGE, 2020). A região, assim, foi formada por “impérios dominantes” (SCHEIDEL, 2019).

A manutenção duradoura de regimes autoritários nesses países pode ser explicada por dois fatores: o controle do estado na economia e a grande presença militar (GAUSE, 2011). Anderson (2012) por exemplo, ao se referir a Tunísia, destaca que os militares tinham pouco a perder com a mudança de regime, com uma recusa destes em defender o regime vigente e uma certa distância do processo de transição, com os militares não sendo um *player* importante na economia doméstica. A situação dos militares na Tunísia acaba sendo o oposto da condição destes no Egito, onde os militares tinham forte atuação na cena doméstica e assumiram o comando do país logo após a queda do governo Mubarak por meio do Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF) (ANDERSON, 2012).

Na Líbia, após a queda do regime de Qaddafi, teve início uma guerra civil que ainda hoje persiste, e os desafios relacionados ao país bem como o impacto a longo-prazo da guerra permanecem desconhecidos (VANDERWALLE, 2012). De certo modo, para Vanderwalle (2012), ao fim da era Qaddafi diversas questões surgiram, sendo estas as mesmas que circundam a Líbia desde a sua fundação em 1951, envolvendo a criação de um estado institucionalizado e a incorporação dos cidadãos a uma nação. Em todo esse processo, ainda se busca uma espécie de ‘reconciliação nacional’ como uma maneira de superar a forte polarização, definida por

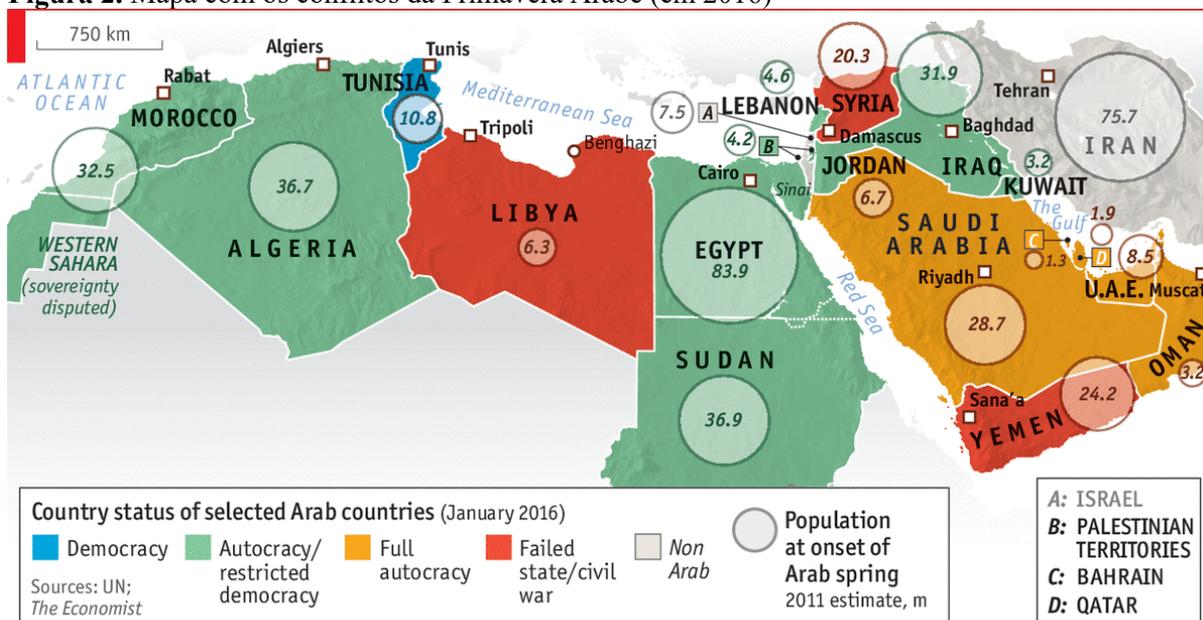
Fraihat (2016) como o processo de redefinir as relações envolvendo as partes envolvidas nos conflitos por meio de um novo contrato social.

Assim como a Líbia, o Iêmen acabou entrando em guerra civil três anos após a queda do então presidente Ali Abdullah Saleh. Em vez de optar por uma mudança radical de regime, o Iêmen acabou optando por uma renovação, mantendo algumas forças do regime antigo que se uniram aos rebeldes Houthis e desencadearam o conflito contra o governo Hadi, presidente do Iêmen após o plano de transição adotado pelo Conselho de Cooperação do Golfo e eleito para um período de transição de dois anos. Para Fraihat (2016):

The most dangerous consequence of the Houthis-Saleh coup and the Saudi strikes against them is that force and violence have replaced dialogue and non-violent pressure for change. The coup has put any peaceful transition on hold and undermined the outcomes of the national dialogue conference (FRAIHAT, 2016, p. 54)

Conforme apresentado na figura 2, a situação em 2016 após 5 anos do início da Primavera Árabe na região do MENA não refletiu as expectativas geradas no início das manifestações. Nesse sentido, vale a pena observar duas dinâmicas específicas: (i) como se deu a queda do regime e (ii) como foi realizada (ou não) a transição para a democracia, através dos indicadores do V-Dem e do QoG.

Figura 2. Mapa com os conflitos da Primavera Árabe (em 2016)



Economist.com

Fonte: *The economist*

III. CAMINHOS PARA POLIARQUIA: CONTESTAÇÃO E INCLUSIVIDADE

A defesa do modelo democrático acabou por ganhar contornos mais definidores a partir do século XX, tornando-se o caminho a ser trilhado pelas diversas nações ao redor do mundo. Apesar disso, a ‘plena defesa’ do ideal democrático acaba por esconder as divergências existentes acerca da democracia, ocorrendo uma constante mudança de significado do que é democracia de acordo com os interesses dos grupos que a defendem (MIGUEL, 2005).

Dada a pluralidade de pensamentos sobre os componentes da democracia, diversos autores buscam definir este conceito. Dentre as mudanças ocorridas no conceito de democracia, a mais notória é aquela envolvendo a ideia de democracia direta e democracia representativa: a primeira tendo como berço a Grécia antiga e a segunda tida como único meio possível nas sociedades cada vez maiores. Seguindo na ideia de democracia representativa, surgem os modelos de democracia majoritária e consensual (LIJPHART, 2012), o modelo prescritivo e descritivo (SATORI, 1994), o modelo protetor, desenvolvimentista de equilíbrio e partipativo (MACPHERSON, 1977) e a Poliarquia (DAHL, 2005).

Miguel (2005) define a democracia ‘liberal-pluralista’ como aquela na qual “A realização do processo democrático passa sobretudo pela vigência de um conjunto de liberdades cidadãs, competição eleitoral livre e multiplicidade de grupos de pressão” (p.3). Dahl, nesse sentido, vê a democracia como um ideal normativo, ou seja, a sua realização acaba sendo impossível. Por isso, o autor institui a ideia de poliarquia, demonstrada pela existência de múltiplos centros de poder dentro da sociedade (MIGUEL, 2005).

O que é, então, a Poliarquia? É o resultado do processo de democratização de uma determinada sociedade, sendo quanto maiores os níveis de inclusividade e contestação, maior o nível de poliarquia do regime. Dentre os requisitos para uma poliarquia, Dahl (2005) pontua oito condições institucionais, apresentadas no quadro 1.

Quadro 1. Condições institucionais para uma democracia (DAHL, 2005)

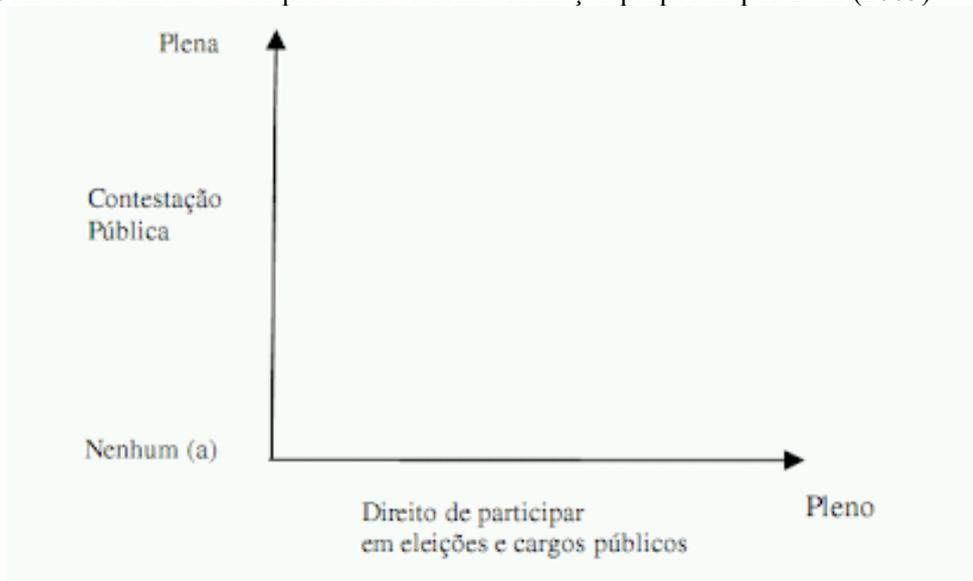
(I) A liberdade de forma e aderir a organizações
(II) A liberdade de expressão
(III) O direito de voto
(IV) Elegibilidade para cargos públicos
(V) Direito de líderes políticos disputarem apoio e votos
(VI) Fontes alternativas de informação
(VII) Eleições livres e idôneas
(VIII) Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

Fonte: Dahl (2005)

Com base nessas condições, Dahl (2005) propõe duas dimensões que podem variar de maneira independente uma da outra: contestação e inclusividade. Tais dimensões são a base do

processo de democratização, onde a inclusão corresponde a incorporação de pessoas ao processo político enquanto a outra envolve a capacidade de contestação à conduta do governo. A figura 3 ilustra as dimensões.

Figura 3. As duas dimensões do processo de democratização propostas por Dahl (2005)



Fonte: Dahl (2005)

Baseando-se nas dimensões de contestação e inclusividade, é possível realizar comparações de diversos regimes, levando em consideração a amplitude no campo da contestação e no aspecto da inclusividade. Nesse processo, Dahl (2005) divide o espaço da figura 1 em quatro áreas, onde o quadrante III (com baixa contestação e baixa inclusividade) seria classificado como uma hegemonia fechada, o quadrante IV (com alta inclusividade e baixa contestação) uma hegemonia inclusiva, o quadrante II (com alta contestação e baixa inclusividade) uma oligarquia competitiva e, por fim, o quadrante (I) (com alta contestação e alta inclusividade), é classificado como poliarquia – ou seja, regimes que foram altamente popularizados e liberalizados (DAHL, 2005, p. 31).

Por outro lado, Linz e Stepan (1999), apontam para os diversos caminhos disponíveis para uma transição rumo ao modelo democrático, dada a enorme variação das comunidades políticas existentes. Além disso, é importante buscar separar os processos de liberalização e democratização, onde o primeiro refere-se a processos controlados de abertura que acabam por não levar a uma mudança de regime. Esses autores pontuam 4 requerimentos para uma transição democrática: 1) Acordo suficiente nos procedimentos para produzir um governo eleito; 2) O governo que ascende ao poder é resultado direto do voto livre e popular; 3) O governo eleito possui poder e autoridade *de facto* para produzir novas políticas e 4) Executivo, Legislativo e

Judiciário não compartilham os seus poderes com outros corpos *de jure* (como os militares) (STEPAN, 2012).

Nesse sentido, torna-se necessário a compreensão dos componentes fundamentais de um regime democrático para que seja possível diferenciá-los. A ideia de democracia está necessariamente atrelada a um sistema político que tem como característica fundamental ser responsivo aos seus cidadãos (DAHL, 2005). Desse modo, é fundamental que os cidadãos possam formular as suas preferências, expressar essas preferências por meio de ações de natureza individual ou coletiva e ter tais preferências consideradas no processo governamental (DAHL, 2005).

DADOS E MÉTODOS

Nessa seção, apresentamos os dados e os métodos utilizados para responder à pergunta proposta pelo trabalho. Para testar a hipótese de que os países apresentaram uma evolução no índice de liberdades políticas e civis de maneira concomitante após 2011, adotou-se uma abordagem quantitativa, que utilizou estatística descritiva para apresentar os índices de contestação e inclusividade dos países que sofreram queda de regime após a Primavera Árabe, com foco no período entre 1980 aos anos 2000. O quadro 2 sumariza as informações da estratégia empírica:

Quadro 2. Informações sobre a estratégia empírica

Pergunta de pesquisa	Quais os caminhos adotados pelos países que passaram pela Primavera Árabe e tiveram seus governos depostos?
Hipótese	Os países apresentaram uma evolução no índice de liberdades políticas e civis de maneira concomitante após 2011
Espaço temporal	1980 - 2017
Dados Utilizados	Índice de Democracia Eleitoral (<i>V-Dem</i>) ⁸ Índice de Liberdades Civis (<i>Freedom House</i>) Índice de Liberdades Políticas (<i>Freedom House</i>) Índice de Contestação e Inclusividade (Coppedge, Alvarez e Maldonado, 2008) (Fonte: <i>QOG</i> , 2019)
Metodologia	Estatística descritiva
Softwares Utilizados	<i>R Statistical Package</i>
Documentação	Protocolo TIER 4.0
Disponibilização dos materiais de replicação	<i>Open Science Framework</i>

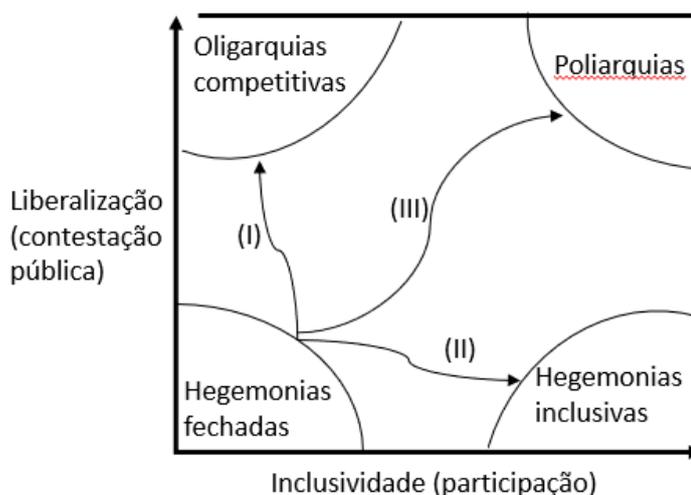
Fonte: elaborado pelos autores (2019)

⁸ O índice de democracia eleitoral do *V-DEM* é resultado da agregação dos componentes propostos por Dahl (2005). De acordo com o *V-DEM codebook V8*: “The electoral principle of democracy seeks to embody the core value of making rulers responsive to citizens, achieved through electoral competition for the electorate’s approval under circumstances when suffrage is extensive; political and civil society organizations can operate freely; elections are clean and not marred by fraud or systematic irregularities; and elections affect the composition of the chief executive of the country. In between elections, there is freedom of expression and an independent media capable of presenting alternative views on matters of political relevance. In the *V-Dem* conceptual scheme, electoral democracy is understood as an essential element of any other conception of representative democracy — liberal, participatory, deliberative, egalitarian, or some other.”

Os dados utilizados abarcam Egito, Iêmen, Líbia e Tunísia ao longo de 37 anos (1980 a 2017). A escolha do recorte temporal se justifica em termos da disponibilidade das informações, compreendendo o Índice de democracia eleitoral (v-dem), os índices de direitos civis e de liberdades políticas (Freedom House) além do Índice de contestação e inclusividade (Copedge et al, 2008). Em relação à estratégia empírica adotada, utilizou-se estatística descritiva com o objetivo de identificar, ao longo do tempo, a situação dos processos de democratização dos países analisados. Em outras palavras, buscou-se identificar os caminhos adotados pelos quatro países após os protestos da Primavera Árabe.

Utilizou-se a tipologia de Robert Dahl (2005), no que se refere à classificação de regimes e aos caminhos adotados pelos países rumo à democratização. Nesse sentido, regimes são classificados conforme os quadrantes da distribuição entre níveis de contestação e inclusividade. Hegemonias fechadas são aqueles regimes que apresentam baixos níveis de contestação e inclusividade, enquanto hegemonias inclusivas apresentam baixos níveis de liberalização e altos níveis de inclusividade. As oligarquias competitivas apresentam altos níveis de contestação e baixos níveis de inclusividade e, por fim, as poliarquias apresentam altos níveis tanto de liberalização quanto de inclusividade. Os caminhos para a democratização podem ser três: (1) aumentando níveis de liberalização, (2) aumentando níveis de inclusividade e (3) onde ambos os níveis são elevados de forma concomitante. A figura 4 ilustra essas informações.

Figura 4. Liberalização, inclusividade e democratização



Fonte: elaboração dos autores a partir de Dahl (2005, p. 30)

No que diz respeito à análise, como informado anteriormente, utilizou-se alguns índices provenientes de dados secundários para realizar a exploração dos dados. O índice de democracia

eleitoral presente no *V-Dem* é composto pela média ponderada dos índices de liberdade de associação, lisura das eleições, liberdade de expressão, oficiais eleitos e sufrágio e vai de 0 a 1 (1 sendo o valor máximo). Desse modo, tanto a ideia de contestação pública como a de inclusão acabam fazendo parte deste indicador. Entretanto, o índice de democracia eleitoral contém as informações de contestação e inclusividade de maneira agregada e, por isso, também iremos analisar os índices de liberdades políticas e direitos civis elaborado pela *Freedom House*.

Quando formos analisar especificamente a questão de estabilidade do regime democrático, utilizaremos os índices de contestação e inclusividade elaborados por Coppedge, Alvarez e Maldonado (2008). Baseados no conceito de Dahl (2005), eles utilizam um modelo de análise fatorial para reduzir diferentes indicadores de democracia a duas dimensões. O argumento principal para realizar tal teste é o de que democracia é um conceito complexo e multifacetado. Dessa forma, para poder trabalhar de maneira empírica, é necessário fazer uma simplificação. E os dois conceitos apontados por Dahl (2005) – inclusividade e contestação – fazem bem esse serviço (COPPEDGE, ALVAREZ & MALDONADO, 2008).

Ao todo, após fazer a redução das diferentes mensurações de democracia a dois índices, os autores ainda realizam onze testes com o objetivo de garantir que os indicadores de inclusividade e contestação estão realmente latentes nas medidas de democracia. Os bancos originais usados na análise dos autores incluem o *Freedom House*, o Polity, Cheibub e Gandhi, Bollen et al., Banks, e Vanhanen. O primeiro componente da análise fatorial, rotulado de contestação, inclui variáveis como liberdades civis e direitos políticos (*Freedom House*), competitividade de participação e constrangimento ao executivo (Polity), índice de competição (Vanhanen), entre outras. Já no segundo componente, de inclusão, estão variáveis como índice de participação (Vanhanen), sufrágio de adultos (Bollen et al.), e outras.

Para garantir a transparência e a replicabilidade dos resultados dessa pesquisa, seguiu-se princípios e práticas de transparência e replicabilidade. Os dados foram analisados a partir do software R e Rstudio e a documentação foi realizada seguindo os critérios do Protocolo TIER 4.0. Os materiais de replicação estão publicamente disponíveis na plataforma *Open Science Framework*.

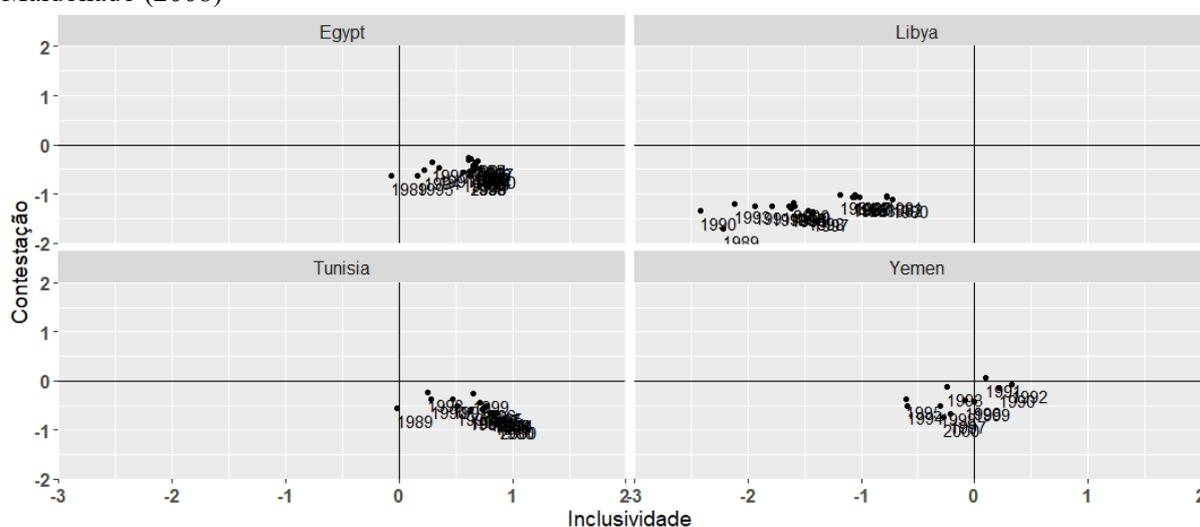
IV. RESULTADOS

O gráfico 1 apresenta os resultados do índice de democracia eleitoral do período de 1980 até 2017, para os quatro países que sofreram ruptura de regime durante a Primavera Árabe. No período anterior aos protestos (1980-2010), o único país que teve uma leve evolução no índice

regimes que apresentam uma baixa disputa pelo poder, mas com uma maior participação política (DAHL, 2005).

Por outro lado, o único caso destoante no período é o Iêmen, que se encontra entre uma hegemonia fechada e uma hegemonia inclusiva ao longo dos trinta anos verificados. Já em relação a Líbia, este pode ser colocado como uma hegemonia fechada, com baixa inclusão e contestação. Desse modo, a Líbia pode ser pontuada como um regime mais restritivo que os outros três verificados. O gráfico 3 contém o índice de democracia eleitoral de 2005 a 2017.

Gráfico 2. Inclusão e Contestação (1980-2000) com índices padronizados de Coppedge, Alvarez e Maldonado (2008)⁹

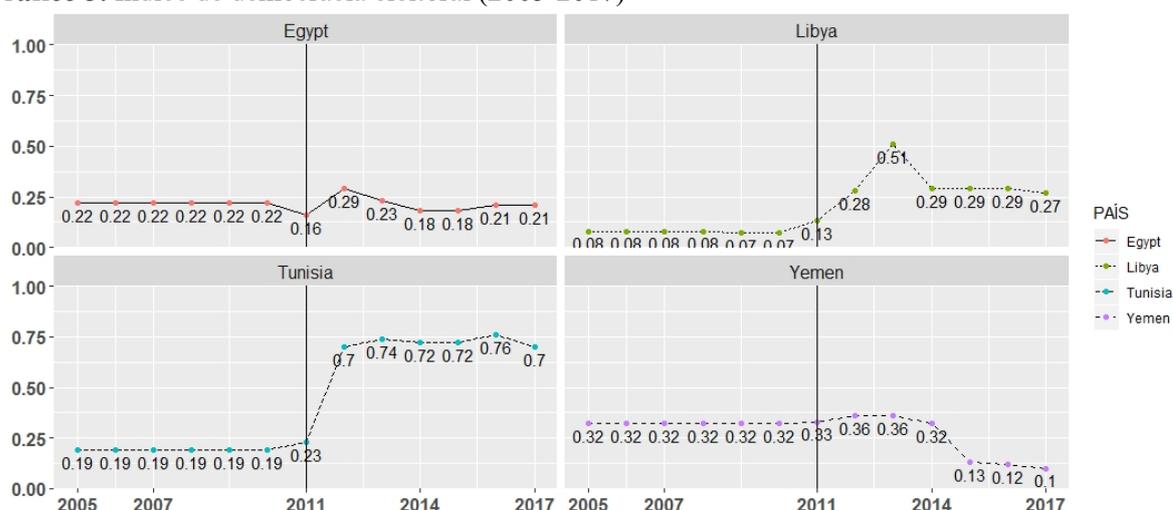


Fonte: elaborado pelos autores (2019) com base nos dados de Coppedge, Alvarez e Maldonado (2008)¹⁰ obtidos pelo *QOG*.

No gráfico 3, podemos analisar que o período de estabilidade dos regimes autoritários pontuado na literatura começa a balançar com o início a Primavera Árabe em 2011, levando a queda dos regimes presentes no Egito, Líbia, Tunísia e Iêmen. Entretanto, a queda de regime não necessariamente significa um processo de democratização. O gráfico aponta claramente que, após 2011, esses quatro países apresentaram uma evolução no índice de democracia eleitoral, principalmente a Tunísia e a Líbia.

⁹ O Iêmen só apresenta dados a partir de 1990, ano de sua unificação. Os dados dessa análise foram coletados no *database* do *Quality of Government*.

¹⁰ O Iêmen só apresenta dados a partir de 1990, ano de sua unificação. Os dados dessa análise foram coletados no *database* do *Quality of Government*.

Gráfico 3. Índice de democracia eleitoral (2005-2017)

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

O Egito apresentou um ponto máximo de 0,29 e, logo depois começou a declinar, a Líbia apresentou um ponto máximo de 0,51 indo posteriormente a 0,29 enquanto o Iêmen evoluiu apenas 0,03 e apresentou um declínio desde então, devido à forte crise presente no país desde a queda do presidente Ali Abdullah Saleh em 2012. Dos quatro países que sofreram uma queda de regime, o único que continua a seguir um caminho de democratização é a Tunísia, mantendo o índice acima de 0,7 desde 2011. O gráfico 4 apresenta o índice de liberdade civis para os quatro países.

O índice de liberdades civis varia de 1 a 7, sendo 1 o nível com maior alcance de liberdades civis e 7 a ausência de liberdades civis para os seus cidadãos. De acordo com a *Freedom House*, um país ou território com *score* 1 é “aquele que possui uma ampla gama de liberdades civis, incluindo liberdades de expressão, reunião, associação, educação e religião, possuindo um sistema legal que garante o *rule of law* (incluindo um judiciário independente), permitindo atividade econômica livre, e que busca garantir igualdade de oportunidades para todos, incluindo mulheres e grupos minoritários”¹¹. Nesse sentido, pode-se verificar que após de 2011, Líbia e Tunísia sofreram melhoras em seus índices de liberdades civis, enquanto o Egito permanece no mesmo patamar e o Iêmen tem uma piora. Apesar disso, dois anos depois, a Líbia apresenta uma diminuição no índice, enquanto a Tunísia mostra um avanço – o que representa “uma proteção de quase todas as liberdades civis ou a forte proteção de algumas liberdades e negligência de outras”.¹²

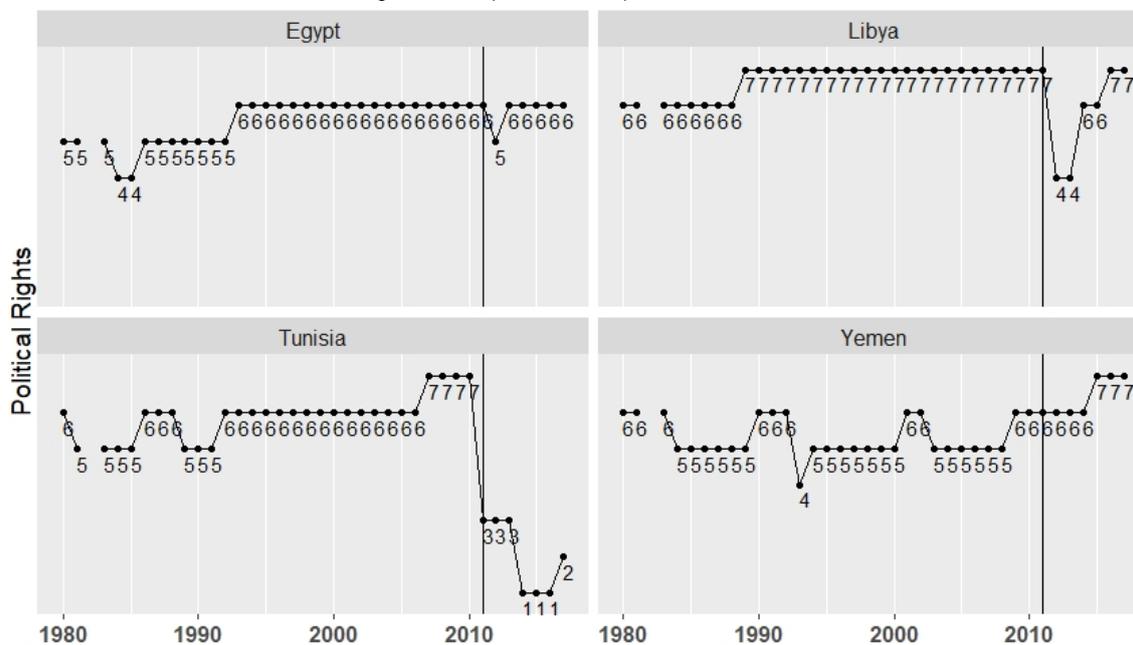
¹¹ Traduzido do inglês de: <https://freedomhouse.org/report/methodology-freedom-world-2018>. Acessado em 06 de março de 2018.

¹² Traduzido do inglês de: <https://freedomhouse.org/report/methodology-freedom-world-2018>. Acessado em 06 de março de 2018.

após 2011, com um aumento de 6 para 7 em 2015. O melhor resultado foi visto na Tunísia, que chegou a apresentar o melhor valor da escala em 2014, quando apresentava um valor 7 4 anos antes. Apesar disso, em 2017, ocorreu uma piora do índice para 2.

De maneira conjunta, ao observar-se as liberdades civis e políticas, nota-se que no caso da Tunísia, onde a transição para democracia acabou ocorrendo com sucesso após a queda de regime na Primavera Árabe, o processo de ampliação das liberdades políticas e civis aconteceram de maneira concomitante. Já no caso da Líbia, também ocorreu um processo de avanço nas liberdades civis e políticas após 2011, mas não ocorreu uma transição democrática e hoje o país se encontra em uma guerra civil.

Gráfico 5. Índice de liberdades políticas (1980-2017)



Fonte: elaborado pelos autores (2019)

V. LIMITAÇÕES

Este trabalho apresenta algumas limitações importantes que precisam ser esclarecidas. A primeira delas se refere à disponibilidade de dados. O mais apropriado seria realizar, do mesmo modo que Coppedge, Alvarez e Maldonado (2008), um índice de contestação e inclusividade para o período após a Primavera Árabe e poder verificar de maneira clara como se comportou a escala bidimensional de Dahl para cada país. Entretanto, as informações só estão disponíveis até 2010, o que inviabiliza a empreitada, dado que os efeitos da Primavera Árabe só começaram a acontecer no ano seguinte à sua eclosão. O índice de democracia

eleitoral, é elaborado com base nos componentes elencados por Dahl, mas apresenta a contestação e inclusividade de maneira agregada.

O segundo se refere à causalidade. Para gerar inferência causal, seria necessário a realização de testes mais robustos para confirmar que o evento X causou os resultados encontrados nos índices Y e Z. Entretanto, a base da literatura acerca do tema e o surgimento de um novo (ou não) governo só e somente só poderiam ter acontecido com a queda do regime anterior. O propósito do trabalho foi verificar como se comportaram os índices relativos a democracia e liberdade nos países que sofreram uma queda de regime devido aos levantes da Primavera Árabe. E pode-se, então, atribuir as mudanças como consequências da queda do regime.

VI. CONCLUSÕES

No final de 2010, tendo início na Tunísia, uma onda de protestos sacudiu a região do Oriente Médio e Norte da África, acabando com a perene ‘estabilidade autoritária da região’. Como consequência, regimes de longa data como o do Egito, Líbia, Iêmen e Tunísia foram derrubados. Quais os caminhos rumo a democratização adotado pelos países que sofreram uma quebra de regime por meio dos levantes ocorridos na Primavera Árabe? O propósito deste trabalho foi verificar como se comportaram os indicadores de democracia eleitoral, liberdades civis e políticas após a queda de regime no Egito, Líbia, Iêmen e Tunísia após a Primavera Árabe.

Através da análise de índices de democracia, liberdade civil e direitos políticos presentes no *Varieties of Democracy* (V-Dem), no *Freedom House* e os indicadores de contestação e inclusividade presentes no *Quality of Government* (QoG), identificou-se que dos quatro países analisados, apenas a Tunísia seguiu o caminho rumo a democratização, como resultado de um processo de transição pacífica e a questão de tolerância mútua colocada por Stepan (2012). Enquanto isso, Líbia, Iêmen e Egito não lograram êxito na transição para a democracia.

Observou-se que todos os quatro países apresentaram um aumento no índice de democracia eleitoral após 2011, o que aparenta estar mais relacionado com as expectativas do que com a realidade em si, dado que apenas a Tunísia conseguiu manter os resultados alcançados. De maneira semelhante, ao observar os índices no período anterior à Primavera Árabe, três dos quatro países (Egito, Iêmen e Tunísia) apresentavam alto grau de inclusividade, mas um baixo nível de contestação – permitindo que fossem classificados como hegemonias inclusivas, de acordo com os critérios de Dahl (2005). Por outro lado, durante boa parte da série

histórica analisada, a Líbia podia ser classificada como uma hegemonia fechada, apresentando baixos níveis tanto de inclusividade quanto de contestação.

Apesar de o esforço de criar um índice de contestação e inclusividade estar fora do escopo do presente trabalho, pode-se verificar que em relação aos índices de liberdades civis e políticas¹⁴, a Tunísia apresentou uma evolução concomitante dos dois índices, ampliando as liberdades civis e políticas ao mesmo tempo, enquanto o mesmo aconteceu na Líbia – embora isso não tenha significado uma transição democrática. Ou seja, dos quatro países, apenas Tunísia e Líbia apresentaram uma evolução concomitante das liberdades civis e políticas logo após 2011. Mas, apenas a Tunísia obteve sucesso na transição para a democracia. Isso significa não apenas a importância do contexto histórico e das relações internas de cada país (como colocado por Stepan (2012) ao comparar o sucesso de transição democrática na Tunísia e o fracasso em relação ao Egito), mas também pode servir para lembrar o colocado por Dahl (2005) de que “as poliarquias são mais factíveis a partir de processos lentos e não pela queda revolucionária da hegemonia existente” (DAHL, 2005, p.50) e de que a via rápida, onde “uma hegemonia fechada se converte abruptamente em uma poliarquia ao outorgar de forma repentina o direito ao sufrágio universal e ao debate pública” (DAHL, 2005, P.42) acaba sendo um caminho mais perigoso no caminho para a poliarquia.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Lisa. Early Adopters” and “Neighborhood Effects. In: **The Arab Spring**. Palgrave Macmillan, New York, 2012. p. 27-32.

BAKIS, J. Karakoç; KARAKOÇ, Jülide. **Authoritarianism in the Middle East: Before and After the Arab Uprisings**. Springer, 2015.

BELLIN, Eva. Reconsidering the robustness of authoritarianism in the Middle East: Lessons from the Arab Spring. **Comparative Politics**, v. 44, n. 2, p. 127-149, 2012.

BÖLME, Selin M. The Roots of Authoritarianism in the Middle East. In: **Authoritarianism in the Middle East**. Palgrave Macmillan, London, 2015. p. 7-37.

COPPEDGE, Michael *et al.* V-Dem Dataset v8. 2018.

COPPEDGE, Michael; ALVAREZ, Angel; MALDONADO, Claudia. Two persistent dimensions of democracy: Contestation and inclusiveness. **The Journal of Politics**, v. 70, n. 3, p. 632-647, 2008.

DAHL, Robert. Poliarquia (edição atualizada). **São Paulo: Edusp**, 2005.

¹⁴ Estes carregam boa parte dos pressupostos colocados por Dahl, podendo ser assim pensado como uma **fraca** aproximação do que seria uma contestação e inclusão.

FRAIHAT, Ibrahim. **Unfinished revolutions: Iêmen, Libya, and Tunisia after the Arab spring**. Yale University Press, 2016.

GAUSE III, F. Gregory. Why Middle East studies missed the Arab Spring: The myth of authoritarian stability. **Foreign Affairs**, p. 81-90, 2011.

HENRY, Clement; JANG, Ji-Hyang. **The Arab Spring: Will it Lead to Democratic Transitions?**. Springer, 2013.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Third Wave: Democratization in the late twentieth century**. University of Oklahoma Press. 1991.

KING, Gary. Replication, replication. **PS: Political Science & Politics**, v. 28, n. 3, p. 444-452, 1995.

LIJPHART, Arend. **Patterns of democracy: Government forms and performance in thirty-six countries**. Yale University Press, 2012.

LIMA, Tiago Levi Diniz. O Processo de transição de regime no Egito e na Tunísia. 2014.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. Paz e Terra, 1999.

MACPHERSON, Crawford Brough. **A democracia liberal: origens e evolução**. Zahar Editores, 1977.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. 2005.

OTTAWAY, Marina. **Beyond the façade: political reform in the Arab World**. Carnegie Endowment, 2008.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada: O Debate Contemporâneo**. São Paulo, Editora Ática, 1994.

SCHEIDEL, Walter. **Escape from Rome: the failure of empire and the road to prosperity**. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2019.

STASAVAGE, David. **The Decline and Rise of Democracy**. New York, NY: Cambridge University Press. 2020.

STEPAN, Alfred. Tunisia's transition and the twin tolerations. **Journal of Democracy**, v. 23, n. 2, p. 89-103, 2012.

TEORELL, Jan et al. The quality of government dataset. **The Quality of Government Institute University of Göteborg. Göteborg**, 2018.

VANDEWALLE, Diederik. Libya after the Civil War: The Legacy of the Past and Economic Reconstruction. In: **The Arab Spring**. Palgrave Macmillan, New York, 2012. p. 185-210.

Recebido em: janeiro/2020.

Aprovado em: outubro/2020.